

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 601-050-2023

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

MARINHA DO BRASIL
BASE NAVAL DE ARATU
DEPARTAMENTO INDUSTRIAL
DIVISÃO DE ELETRICIDADE – BNA 65
DIVISÃO DE ELETRÔNICA E ARMAMENTO – BNA-61

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026
(Processo Administrativo nº 63028.005977/2023-20)

Termo de Referência Nº 601-050-2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Licitação por pregão eletrônico na modalidade serviços continuados sob demanda visando a contratação de serviço especializado de manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de instalações eletromecânicas - geradores elétricos síncronos e assíncronos até 400 kVA e quadro elétrico principal a bordo (QEP) - e de controle e automação de equipamentos elétricos navais - regulador automático de tensão (AVR) de geradores elétricos até 400 kVA e painel de controle de grupo diesel-gerador (GDG), com fornecimento eventual de sobressalente, para atender às necessidades da Superintendência Técnica e do Departamento Industrial da Base Naval de Aratu (BNA), dos navios lotados no Complexo Naval de Aratu, dos meios navais subordinados ao Comando do 2º Distrito Naval (Com2DN), dos navios em trânsito pela área do Com2DN e de facilidades existentes na BNA e áreas definidas por sua Fiscalização, execução mediante a empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO/ LOTE	CATEGORIA	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UF	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.0	3158	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e preditiva de instalações eletromecânicas navais - geradores elétricos, síncronos e assíncronos até 400 kVA e QEP – quadro elétrico principal a bordo -	SV	917.482	R\$ 1,00	R\$ 917.482,00

		com fornecimento eventual de sobressalente.				
2.0	3158	Serviços de manutenção preventiva e corretiva e preditiva de controle e automação de equipamentos elétricos navais - em AVR – regulador automático de tensão de geradores elétricos até 400 kVA e quadro painel de controle de grupos geradores - com fornecimento eventual de sobressalente.	SV	555.363	R\$ 1,00	R\$ 555.363,00
PREÇO GLOBAL						R\$ 1.472.845,00

Tabela 1

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como comum(ns) de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (anexo J).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, podendo ser renovado no (máximo de 5 anos) contados do(a) assinatura do contrato e é renovável a cada ano, desde que seja comprovada vantajosidade no preço, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela 1.1 acima. Para o total de insumos utilizados, verificar o Anexo B.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, adjudicação por preço global, por lote.
- 1.6. O valor global do TR é de R\$ 1.472.845,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais).
- 1.7. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, visto que os padrões de desempenho, de qualidade, de homogeneidade dos serviços são objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, devendo a empresa especializada licitante vencedora emitir, quando couber, os relatórios/laudos com as devidas ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou documento compatível.
- 1.8. Nos preços unitários mencionados estão compreendidos todos os eventos especificados deste Termo de Referência, como por exemplo a limpeza, a substituição de partes de geradores, de AVRs ou de quadros eletro-eletrônicos, a supervisão, os relatórios/laudos, ART ou compatível, a direção, a administração, todos os profissionais, incluindo o técnico em segurança do trabalho, os equipamentos de proteção individuais (EPI) e coletivos (EPC), treinamentos, os apoios às tarefas e trabalhos envolvidos, os adicionais

de salários, incluindo, porventura a insalubridade e a periculosidade, todas as ferramentas, todos equipamentos (a exemplo de veículo, guindaste, entre outros), transporte, desinstalação e reinstalação de equipamentos, os materiais de aplicação indireta, o transporte de pessoal, os andaimes variados, a alimentação, os custos com assistência médica e exames de saúde, as despesas com as leis sociais e as trabalhistas, os impostos, as licenças, os emolumentos fiscais e outras despesas, inclusive o lucro, o seguro geral, a exemplo de seguro do transporte, seguro ambiental quanto a possíveis ocorrências de cunho ambiental, seguro dos funcionários e a garantia do serviço, necessários à perfeita e a plena execução dos serviços ora contratados.

1.9. O Cronograma Físico Financeiro (CFF) para efeito de pagamento será proporcional à efetiva prestação do somatório de cada item de serviço executado ou realizado, conforme consta na planilha de custo estimado.

1.10. O Sistema de Serviço Continuado, sob demanda, foi adotado por satisfazer as seguintes hipóteses:

1.10.1. Pelas características do serviço, há a necessidade de contratações frequentes;

1.10.2. Devido a contratação de serviços ser remunerada por unidade de medida ou em regime de tarefa;

k. De modo a otimizar a eco-eficiência da Gestão e Fiscalização do Contrato, a futura empresa contratada deverá montar sua infraestrutura de apoio ao serviço, incluindo o galpão de serviço, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), também conhecida como Grande Salvador. A Grande Salvador compreende os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e na Planilha de Preços, que consta no anexo B.

2.2. Caso os CATSER/CATMAT fornecidos não contemplem a descrição total e precisa do item considerado, deverá ser considerada a descrição da especificação do insumo na planilha de custos estimados, anexo B.

2.3. A tabela 1, anterior, traz os lotes em unidades de serviço (SV) e, para detalhamento das mesmas, deverão ser consultados as planilhas de resumo e de insumos presentes na planilha de custos estimados e de formação de preços, planilha do pregão, nos Anexos A e B.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual do PROGRAMA GERAL DE MANUTENÇÃO (PROGEM) [2023/2024], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (anexo J), deste Termo de Referência, e que está de acordo com o praticado no mercado e abrange a contratação de empresa(s) terceirizada(s) para o serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra sob demanda de manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de instalações eletromecânicas e de controle e automação de equipamentos elétricos navais, com fornecimento eventual de sobressalente, com a finalidade de dar apoio à oficina de eletricidade e à oficina de eletrônica da Base Naval de Aratu (BNA), capacitando-as no atendimento das manutenções preventiva e/ou corretiva e/ou preditiva que periodicamente ocorrem nas embarcações, sem prejuízo do atendimento de serviços emergenciais que porventura venham a surgir. Esta solução necessita ser empregada na Divisão de Eletricidade e na Divisão de Eletrônica e Armamento, através do Contrato, para atender as demandas das embarcações e meios navais em trânsito ou atracados nesta Base Naval por contratação indireta, uma vez que o quantitativo de mão de obra direta precisa ser complementado. Neste TR, o escopo do serviço foi ampliado e incluído o fornecimento eventual de material sobressalente, baseado na experiência dos serviços executados e que necessitam dos mesmos.
- 3.2. O serviço tem caráter continuado, com fornecimento de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, pois há a necessidade de realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva e preditiva nos navios, meios navais e industriais, nos geradores, AVR's, quadros elétricos e quadro de controle de geradores dos meios navais e das facilidades portuárias de forma contínua, visando evitar o comprometimento da execução de outras atividades das Divisões da BNA envolvidas.
- 3.3. A formação da planilha de orçamentos por insumos permite que a empresa licitante vencedora, junto com a Fiscalização do Contrato, a chefia do Departamento Industrial e mais a Superintendência Técnica, em reunião presencial ou virtual, definam outras composições (serviços) que não constem nas abas de resumo analítico e sintético, em função do saldo de quantitativo e de unidades de serviço (SV) disponível na ocasião da demanda para determinado serviço ou tarefa. Este saldo deverá ser medido e controlado, através do IMR (anexo H – SMR/IMR) de cada serviço medido, para que o quantitativo de unidades de serviço e o recurso financeiro disponível atenda todo o período da vigência da contratação, de forma equilibrada e sem descontinuidade. A aba contratos_insumos da planilha de preços, anexo A, pode ser utilizada em conjunto com o IMR/SMR (anexo H) com a finalidade de evidenciar e calcular a produtividade, os valores em SV e o preço em reais, para cada composição de serviço. Após definido o serviço a ser feito haverá uma definição do preço desse serviço, antes de iniciar a execução, a partir da Autorização de Serviço, anexo F. Este preço será calculado através da quantidade de Hh multiplicado pelo preço unitário em R\$/Hh juntamente com a quantidade de materiais multiplicado pelo respectivo preço unitário mais o quantitativo de equipamento vezes seu preço unitário, total convertido em unidade SV para efeito de controle do saldo disponível do contrato, durante sua vigência.

- 3.4. No início da execução do contrato será realizada a reunião inicial e, findo a vigência, a reunião final, com os procedimentos relacionados à entrega provisória e definitiva do objeto contratado. Durante a execução do Contrato, serão realizadas reuniões mensais, que poderão ser presenciais ou por videoconferência através de rede social, entre a Fiscalização do Contrato mais a Chefia do Departamento Industrial mais a Superintendência Técnica, ou uma combinação destes, e o preposto da empresa contratada. Em cada serviço demandado e desenvolvido, será necessária uma reunião para definição e delineamento dos detalhes de execução do mesmo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os geradores, AVR, quadros principais, quadros de controle e comando, escopos do objeto deste termo de referência, poderão ser retirados, preferencialmente mantidos em seu local original, entregues e instalados pela Contratada em perfeitas condições de uso para as atividades às quais se destinam.
 - 4.1.2. O prazo de execução dos serviços, em dias corridos, deve estar de acordo com a tabela tempária ou tabela de prazo de execução (Anexo L), tendo seu início efetuado após recebimento da respectiva Autorização de Serviço (AS) (Anexo F), considerado os períodos limites para cada etapa da execução relacionados no item 20 e subsequentes, deste TR;
 - 4.1.3. A produtividade, calculada a partir do tempo necessário para colocação do equipamento em operação resultante do serviço de manutenção executada, poderá ser alterada através de acordo entre a Fiscalização do Contrato e a Contratada, para viabilizar o tempo de disponibilidade que a embarcação ou meio naval tem para manutenção, podendo, assim, aumentar o número de profissionais, sem que impacte a disponibilidade de saldo no quantitativo de mão de obra.
 - 4.1.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 e suas alterações pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 4.1.4.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - 4.1.4.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - 4.1.4.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e
 - 4.1.4.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.1.5.** Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 4.1.6.** Observar, ainda, as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.1.6.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos

na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.6.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.7. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e também atendendo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU, 7ª Edição - outubro de 2024 e da NLCC nº 14.133/2021, no inciso XII do § 1º de seu art. 18, deverão ser utilizados na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.8. Ter Licença de Operação para a atividade de manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de máquinas e equipamentos elétricos e máquinas e equipamentos eletrônicos, emitida por órgão ambiental competente.

4.1.9. Outras empresas que vierem a ser subcontratadas ou envolvidas na atividade de manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de máquinas e equipamentos deverão apresentar vínculo de contratação e estarem de acordo com as legislações ambientais em vigor.

4.1.10. A empresa deverá ser responsável pelo descarte dos resíduos resultantes do serviço contratado.

5. Em complemento aos Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1. A(s) futura(s) empresa(s) Contratada(s) deverá(ão) comprovar a capacidade técnico - operacional para efetuar a execução do objeto nos navios e meios navais, mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica de execução e conclusão dos serviços, nos termos da legislação aplicável, em nome da própria empresa Licitante.

5.2. O Atestado de Capacidade Técnica ou conjunto de atestados deverá ser resultado de serviços realizados e emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado,

devidamente identificada, com as informações necessárias, que possibilitem o rastreamento, relativo à execução dos serviços, como:

- 5.2.1.** Descrição da empresa e local em que o serviço foi executado;
- 5.2.2.** Descrição detalhada do objeto do serviço;
- 5.2.3.** Descrição do equipamento ou planta industrial ou naval objeto do serviço;
- 5.2.4.** Descrição da data inicial e final em que o serviço foi executado;
- 5.2.5.** Descrição do nome, pessoa física, e a assinatura do responsável pela contratação do serviço;
- 5.2.6.** Endereço, e-mail e telefone da pessoa física responsável pela contratação do serviço;
- 5.2.7.** O Atestado de Capacidade Técnica ou conjunto de atestados deverá ser resultado dos seguintes serviços realizados:
 - 5.2.7.1. manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de geradores síncronos ou assíncronos até 400 kVA e quadro elétrico principal, para o lote I;
 - 5.2.7.2. manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de AVR e quadro de comando e controle de grupo diesel gerador, para o lote II
- 5.2.8.** A soma dos tempos dos serviços realizados constantes no objeto do Atestado de Capacidade Técnica ou do conjunto de atestados deverá ser maior ou igual a 06 (seis) meses.
- 5.2.9.** Para que a parte técnica da empresa esteja de acordo com o tipo de serviço a executar, é necessário que a empresa tenha em seu quadro de funcionários, profissionais com conhecimento especializado e experiência técnica para cumprir, adequadamente, o(s) serviço(s) objeto(s) do TR.
- 5.2.10.** Além dos demais requisitos legais e normativos descritos neste TR e anexos, a Contratada deverá associar a execução dos serviços, também em função das seguintes referências específicas:
 - 5.2.10.1. Constituição da República Federativa do Brasil;
 - 5.2.10.2. Decreto nº 10.024/2019;
 - 5.2.10.3. NR33 Trabalhos em espaço confinado;
 - 5.2.10.4. Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval;
 - 5.2.10.5. NR35 Trabalho em altura;
 - 5.2.10.6. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010;

5.2.10.7. Política Ambiental e Plano de Gestão Ambiental da BNA;

5.2.10.8. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis emitido pela Advocacia Geral da União.

5.2.11. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Subcontratação

6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

8. A subcontratação fica limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.1. É permitida a subcontratação para rebobinamento de rotor de excitatriz de geradores e/ou do rotor principal de geradores e/ou do estator da excitatriz de geradores e/ou do estator principal de geradores;

8.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

8.4.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

8.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

8.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou

entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

8.4.4.a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

8.4.5.a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

8.4.5.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.4.5.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte

8.4.5.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação

8.4.6. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

8.4.7. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

8.4.8. São vedadas:

8.4.8.1. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

8.4.8.2. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

10. Será exigida a garantia da contratação de 5% (cinco por cento), consoante tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

12. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:30 horas às 15:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: raul.brito@marinha.mil.br para os serviços em instalações eletromecânicas e pelo e-mail jose.maia@marinha.mil.br para os serviços em instalações eletrônicas.
15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
16. Justifica-se a obrigatoriedade da vistoria em razão da especificidade de serviços em equipamentos de uso naval e militar. Neste Termo de Referência, estão incluídas movimentações de embarque e desembarque de equipamentos que ocorrerão em espaços confinados e serviços em equipamentos que precisam, necessariamente, serem realizados a bordo. A vistoria tem por objetivo dar conhecimento de todas estas condições. Por questões de segurança afeitas às Forças Armadas, não é possível fornecer fotos ou qualquer outro material, além do objeto de contratação ser diverso e poder ser usado em qualquer navio da Marinha Brasileira.
17. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, e os dados relativos a vistoria serão registrados no modelo do Anexo C;
18. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
19. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes. O modelo do anexo G prevê a possibilidade deste item.

20. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

21. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: após recebimento da respectiva Autorização de Execução de Serviço, ao final da reunião de mobilização, segue-se para o início da execução do objeto

22. Início da execução do objeto: O prazo de execução do contrato será de 6 (seis) meses para efeito de execução do Objeto do TR e mais 6 meses para a vigência total, sendo que cada serviço deverá ser executado mediante emissão de OS (Ordem de Serviço) ou outro documento interno compatível da Oficina, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:

22.1. Os serviços só iniciarão através da Autorização de Fornecimento (AF) ou da Autorização de Serviço (anexo F) enviados pelo fiscal de contrato, seguido a reunião de mobilização. A Contratante realizará inspeções nas embarcações (ou facilidade ou meio naval) a cada serviço solicitado;

22.2. (cinco) dias, no máximo, para a mobilização inicial de toda vigência contratual. No quinto dia ou em data oportuna determinada pelo Fiscal do Contrato deverá ocorrer a reunião de mobilização, reunião inicial do contrato, para alinhamento das informações contratuais entre as partes e a apresentação das documentações e requisitos técnicos exigidas para o real cumprimento do contrato pela Contratada;

22.3. 02 (dois) dias no máximo, para demais mobilizações. A Contratada terá 24 (vinte e quatro) horas, no máximo, para responder a solicitação sobre o atendimento de cada serviço, logo depois do recebimento da AF ou do Empenho. Os demais prazos deverão ser acordados no ato da realização de mobilização.

22.4. (quinze) dias, após conclusão do objeto contratado (serviço), no máximo, para o recebimento provisório, TERP;

22.5. (dez) dias, no máximo, para o recebimento definitivo, TERD;

22.6. (dez) dias, no máximo, para a desmobilização;

22.7. (vinte) dias, no máximo, para possíveis ajustes documentais requeridos pelo Gestor do Contrato; e

22.8. Todos os prazos contratuais contabilizados são em dias corridos.

22.9. O prazo de execução dos serviços está contemplado no Anexo L.

22.10. Os serviços deverão ser executados nas instalações da contratada, obedecendo sempre a Norma Regulamentadora nº 34 (NR 34 – CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL) e demais normas relacionadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP – Anexo J) e só iniciarão através da Autorização de Fornecimento ou da Autorização de Serviço enviados pelo fiscal de contrato. Em função do serviço de manutenção a ser executado, o mesmo poderá também ser executado nas dependências do Contratante, sendo definido em reunião entre Gestor, Fiscalização e preposto da Contratada.

22.10.1. O regime de execução do objeto será de regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO (Hh por unidade de composição por unidade de equipamento).

22.11. A Fiscalização da Contratante solicitará, antes da execução do serviço, a emissão de Relatório Inicial para fundamentação da natureza da manutenção e do escopo a ser atendido no(s) equipamento(s) abrangido(s) em cada serviço. Somente após a autorização do Relatório e do local de atendimento indicado pela Fiscalização (Fiscal do Contrato, chefia do Departamento Industrial e Superintendência Técnica) o(s) equipamento(s) será(ão) mantido(s), ou no local de instalação, ou nas dependências da BNA, ou nas dependências da Contratada, atendendo o prazo de execução dos serviços ou o prazo acordado entre a Fiscalização e a Contratada.

22.12. No caso em que o atendimento e a consecução do serviço seja indicada para um atendimento na dependência da Contratada, serão vistos o transporte de / para a BNA conforme item 1.8 deste termo de referência, transporte este feito com o aval final da Fiscalização, Chefia do Departamento Industrial e Superintendência Técnica .

22.13. Após a finalização dos serviços para cada equipamento, serão realizados o Teste de Cais e o Teste de Mar (Prova de Cais e Prova de Mar), conforme a orientação da Fiscalização e do navio/embarcação que teve seu(s) equipamento(s) mantidos.

22.14. Seguido aos testes de prova de Cais e prova de Mar, deverão ser realizados Relatórios finais com indicação da qualidade e condição final do equipamento, bem como os resultados esperados e alcançados pelo serviço efetuado, fins subsidiar a Fiscalização na avaliação através do IMR (Instrumento de Medição de Resultado, instrumento do SMR – Sistema de Medição de Resultado – Anexo H) ou do instrumento de medição correspondente.

22.15. A fiscalização exigirá, em todas as fases da execução, a efetiva utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: luvas, botas antiderrapantes etc., de acordo com o preceituado pela Norma Regulamentadora N.º 6, do (MTE), e especialmente, no que forem pertinentes às respectivas disposições, também se observará e cumprirá os preceitos da Portaria n.º 3.214 de 08/06/78, do MTE.. O anexo I traz a Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, ergonômicos e de acidentes na BNA , para conhecimento da empresa Licitante.

- 22.16.** Todos os materiais, inclusive EPI's (Equipamento de Proteção Individual e de Segurança Industrial) e outros pertinentes ao escopo do objeto deste TR, serão fornecidos pela CONTRATADA.
- 22.17.** Toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda é considerado trabalho em altura, devendo a CONTRATADA atender às exigências da Norma NR 35 – Trabalho em altura, portaria SIT N° 313, de 23 de março de 2012, bem como utilizar profissionais habilitados com certificados validados para essa NR.
- 22.18.** Nos trabalhos em espaços confinados a CONTRATADA deverá atender às exigências da Norma NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados, portarias N° 202 de 22 de dezembro de 2006 e N° 1.409 de 29 de agosto de 2012 do MTE, bem como utilizar profissionais habilitados com certificados validados para essa NR.
- 22.19.** A futura CONTRATADA deverá estar apta a atender às situações de emergência, quando solicitada pela BNA, ainda que em horário extraordinário, inclusive aos sábados, domingos ou feriados com adicionais determinados por lei de 50% a mais na hora aos sábados e 100% a mais na hora aos domingos e feriados.
- 22.20.** Os prazos de execução dos serviços deverão ser cumpridos pela CONTRATADA, com seu pessoal trabalhando dentro da jornada normal de trabalho estipulada por lei, sendo que, o ônus das horas extras que ocorrerem para cumprimento dos referidos prazos, deverão ser por conta da CONTRATADA.
- 22.21.** Os profissionais da futura CONTRATADA também deverão ter a consciência de zelar pela preservação ambiental, principalmente quanto ao destino do material descartável utilizado, que deverá ser acondicionado em recipientes apropriados, com critério seletivo, e direcionados para áreas permitidas ou indicadas para despejos.
- 22.22.** As áreas onde os serviços serão realizados deverão ser mantidas limpas sempre ao final de cada jornada de trabalho. Visitas e vistorias às instalações da Contratada poderão ser agendadas com o preposto da empresa Contratada, pela Comissão de Planejamento de Licitações e/ou Gestão e Fiscalização do Contrato, de forma presencial ou à distância, para observação dos requisitos de execução e segurança individual e coletiva, previstos neste Termo de Referência e seus anexos, cujo índices são medidos no anexo H.

- 22.23.** Mobilização: A CONTRATADA deverá apresentar-se em condições de iniciar a execução do primeiro serviço, ou seja, a primeira mobilização no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para o início dos serviços e em no máximo 02 (dois) dias úteis para os demais serviços, após notificada pela CONTRATANTE por meio do recebimento de Autorização de Fornecimento (AF) ou Nota de Empenho da Despesa (NE) ou conforme acordado com o fiscal de contrato na 1ª reunião depois da assinatura da ATA.
- 22.24.** Desmobilização: A CONTRATADA deverá retirar da BNA tudo o que for de sua propriedade no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do término do prazo de execução contratual ou de sua rescisão.
- 22.25.** O canteiro de obras (se a empresa quiser) deverá ter as suas edificações (barracões, paióis, galpões, container, etc.), atendendo às seguintes condições mínimas:
- 22.26.** Ocupar somente os locais e áreas indicadas e liberadas pela BNA;
- 22.27.** Conter escritórios, bebedouros e sanitários químicos para administração e utilização da futura CONTRATADA
- 22.28.** Ter os vestiários, banheiros, refeitórios e, se for o caso, alojamentos suficientes para o número de operários empregados nos serviços;
- 22.29.** O refeitório deverá ser instalado em local abrigado e limpo, equipado com mesas e cadeiras;
- 22.30.** Atender aos requisitos mínimos de higiene e salubridade;
- 22.31.** As edificações deverão ser constituídas de container's e/ou estruturas pré-moldadas de madeira, às expensas da futura CONTRATADA;
- 22.32.** A CONTRATADA deverá armazenar a matéria prima para a execução dos serviços em caçambas cobertas e/ou recipientes equivalentes, de modo que fique em local fechado e protegido da chuva;
- 22.33.** A energia elétrica consumida será cobrada mensalmente à futura CONTRATADA;

- 22.34.** Qualquer melhoria efetuada nas instalações fixas da BNA, desde que autorizadas pela fiscalização, passará a fazer parte integrante do patrimônio da MB, não cabendo qualquer remuneração à futura CONTRATADA a qualquer tempo.
- 22.35.** A guarda e a manutenção de máquinas, equipamentos, ferramentas, e tudo o que for de propriedade da CONTRATADA, deverá ocorrer por conta e inteira responsabilidade da mesma, não cabendo à BNA qualquer responsabilidade de mau funcionamento e/ou desvios.
- 22.36.** Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita, informando o fato à Fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fim de gerar a ficha de avaliação do Sistema de Medição de Resultados, SMR e, ao final do Contrato, o Termo de recebimento Provisório, TERP (Anexo D), seguido do TERD – Termo de recebimento definitivo (Anexo E);
- 22.37.** Depois da inspeção de conclusão e a aprovação dos serviços pelo Fiscal do Contrato, ao final da vigência do contrato, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório (TERP), em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas, conforme modelo do Anexo D.
- 22.37.1.** A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 22.38.** O Termo de Recebimento Definitivo (TERD) dos serviços contratados, conforme Anexo E, será lavrado em até 10 (dez) dias, após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas na inspeção final e no TERP.
- 22.39.** O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

- 22.40.** Os serviços a serem realizados pela futura Contratada deverão ser garantidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão do aceite final, TERD, obrigando-se a futura Contratada, por força do Acordo a ser assinado, a reparar, corrigir, reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste TR, onde se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução das ações ou de materiais, ou de métodos e meios empregados, tão logo seja notificada;
- 23.** A contratada deverá emitir relatório de conclusão ao término de cada serviço contratado e enviar ao Fiscal de Contrato, em conjunto com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), quando couber, fins subsidiar confecção de databook com o histórico dos equipamentos abrangidos pelo escopo deste Termo de Referência e balizar referências para adequações exigidas por Norma (NR-12, NR-33, N-35, por exemplo);
- 24.** A contratada fica obrigada a dispor do número de funcionários adequado para a conclusão do serviço, dentro do prazo contratado, sem causar prejuízo a outros serviços contratados / executados em paralelo;
- 25.** A contratada fica obrigada a empregar mão de obra habilitada, treinada para a execução de serviços de manutenção elétrica, controle, automação, manobra de peso e dentre outros serviços contemplados no objeto deste TR. Os casos omissos para a execução, conclusão e recebimento do Objeto deste TR e seus anexos terão solução em reunião presencial ou virtual com a empresa licitante vencedora Contratada, através de seu preposto, junto com a Gestão e Fiscalização do Contrato, e Encarregadoria de Divisão, chefia do Departamento Industrial e Superintendência Técnica.

Local e horário da prestação dos serviços

- 26.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço: os serviços serão realizados na Base Naval de Aratu, s/nº, Bairro São Tomé de Paripe, Centro-CEP: 40800-310, Salvador-BA e/ou outras instalações da Marinha Brasileira situada na área do Comando do 2º Distrito Naval. Local e horário de funcionamento definido entre contratada e a Fiscalização da Contratante, de segunda-feira à sexta-feira.
- 26.1.** A execução dos serviços dependerá de solicitação e disponibilidade das Gerências de cada navio ou setor vinculado à facilidade ou meio naval mantido.
- 27.** Os serviços serão prestados no seguinte horário: o horário previsto de realização dos serviços deve ser de 8:00 h às 17:00 h, nos dias de expediente normal da BNA (segunda a sexta). Entretanto, caso a futura Contratada tenha a necessidade de realizar os serviços nos demais horários visando concluir os reparos, esta deverá verificar a disponibilidade e solicitar ao Fiscal do Contrato. Ressalta-se que a produtividade e a medição do contrato será equipamentos por dia, e que um dia tem 24 horas, não havendo custos adicionais para a Contratante pelos serviços executados nos dias e horários extraordinários ou especiais, incluindo os feriados, os sábados e os domingos, em toda estação do ano ou regime de chuvas.
- 27.1.** Antes do início de qualquer serviço, é exigência que a Contratada realize a inspeção inicial no meio naval e demais estruturas elétricas ou eletrônicas a reparar, utilizando de seu Responsável Técnico, com a Fiscalização da BNA, para que se possa avaliar as reais con-

dições do serviço. Após a inspeção, caso a Contratada encontre alguma discrepância entre as atividades especificadas na Programação de Serviços, e aquelas necessárias para a correta execução dos serviços, deverá comunicar o fato imediatamente ao Fiscal do Contrato para que este reavalie e defina as ações mitigadoras necessárias a fim de adequar o ambiente de serviço aos requisitos contratuais.

Rotinas a serem cumpridas

28. A execução contratual observará as rotinas constantes no Anexo K e aquelas definidas pela Fiscalização da Contratante, Chefia do Departamento Industrial e Superintendência Técnica.

Materiais a serem disponibilizados

29. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar (não se limitando a) os materiais, equipamentos, ferramentas(vide Anexo M), acessórios e utensílios necessários para a consecução do serviço, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme descrito nos anexos e na planilha de cotação:

30. Devem ser empregados, nos serviços, materiais idênticos aos originais dos navios, ou de melhor qualidade;

31. Em caso de necessidade de substituição por material diferente do original do navio, este deverá estar de acordo com as normas para instalações elétricas, eletrônicas e eletromecânicas navais e militares, constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) deste Termo de Referência e demais normas nacionais e internacionais relativas a perfeita execução do serviço contratado;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

32. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

33. média de serviços demandados pela Gerência de Navios nos últimos 3 anos;

34. fundamento detalhado no Estudo Técnico Preliminar;

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

35. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

35.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos

35.1.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integridade;

35.2. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, nas modalidades de que trata do Art. 96 ao Art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) e até 10% (dez por cento), observando as disposições de cada Autorização de Fornecimento, associada ao instrumento contratual emitidos e enviados pela Contratante.

35.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

35.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os inciso II § 4º do Art. 137 e o Art. 138 da Lei n. 14.133 de 2021.

35.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

35.6 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

36. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

36.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

36.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

36.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, através da Fiscalização de Contrato pelos e-mails raul.brito@marinha.mil.br (gerador e quadro elétrico principal - QEP) e jose.maia@marinha.mil.br (regulador automático de tensão – AVR e quadro de comando de Grupo Motor Diesel Gerador). Nas situações em que for necessário acompanhamento de atividades ou serviço à distância, poderão ser utilizados meios de videochamadas através da internet. Este acompanhamento remoto, feito entre a Gestão mais a Fiscalização do Contratante e o preposto da Contratada, poderá ser realizado por

videoconferência através de rede social definida na reunião inicial entre Contratante e Contratada.

36.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

36.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade deverá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

36.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

36.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

36.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

36.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

36.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

36.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

36.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

36.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

36.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

36.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

36.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade deverá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

36.10. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

36.11. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a realização dos testes do equipamento (ou facilidade ou módulo ou sistema mantido, a cada serviço demandado), dentre os profissionais relacionados na planilha do Anexo B.

36.12. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

36.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

36.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

36.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

36.16. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

36.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

36.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

36.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

36.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

36.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

36.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

36.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

36.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

36.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

36.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

36.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

36.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

37. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

37.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), do Sistema de Medição de Resultados (SMR) conforme previsto no Anexo H, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços ou o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

37.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

37.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

37.1.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida para as atividades contratadas; ou

37.1.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

38. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

38.1. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

39. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

39.1. A avaliação dos serviços será feita em paralelo a execução e será conduzida por pessoal tecnicamente qualificado da BNA, com formação na área de Engenharia Elétrica ou Engenharia Eletrônica e Engenharia Mecânica, através do Sistema de Medição de Resultados (SMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

40. Comunicações entre Contratante e Contratada deverão ser feitas entre a Fiscalização do Contrato e representante da Contratada, que disponibilizará e-mail e telefone para este fim;

41. Notificações poderão ser enviadas por e-mail com aviso de recebimento, devidamente assinadas pelo Fiscal do Contrato e digitalizadas, com um prazo de 05 (cinco) dias úteis de resposta pela Contratada, que também deverá ser feita por e-mail, devidamente assinada pelo representante da Contratada e digitalizada.

41.1. Os prazos máximos, em dias corridos, para a execução de cada etapa de serviço será estabelecido em função da produtividade diária, estabelecidos no Anexo L.

Do recebimento

41.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#), de 2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

41.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

41.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

41.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

41.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

41.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

41.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

41.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

41.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

41.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

41.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

41.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

41.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

41.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

41.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

41.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

41.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

41.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

41.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

41.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

41.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

41.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

41.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

41.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 41.15.1.** o prazo de validade;
- 41.15.2.** a data da emissão;
- 41.15.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 41.15.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 41.15.5.** o valor a pagar; e
- 41.15.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

41.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

41.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

41.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação

em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

41.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

41.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

41.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

41.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

41.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

41.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E, seguindo o julgamento do Recurso Extraordinário RE 870947, de correção monetária.

Forma de pagamento

42. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

43. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

43.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

43.1.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

43.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

43.3. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

43.4. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

43.5. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

43.6. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

43.7. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

43.8. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

44. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

44.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

44.1.1. Trata-se de serviço comum, continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

44.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

44.1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Regime de execução

44.2. O regime de execução do contrato será regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

44.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

44.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

44.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

44.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

44.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

44.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

44.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

44.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

44.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

45. Ato de autorização: Solicita-se verificar e cumprir todo o REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

45.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

45.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

45.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

45.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

45.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

45.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

45.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

45.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

45.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

45.10. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

45.11. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

45.12. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

45.12.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

45.12.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

45.12.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

45.12.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

45.13. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez) do valor total estimado da contratação.

45.14. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

46. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

47. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

48. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

49. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia, ou compatível, em plena validade;

- 50.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. O item 10 do estudo técnico preliminar apresenta mais detalhes.
- 51.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo **de 06 (seis) meses de experiência**, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 52.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 53.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 53.1.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 53.1.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 53.1.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 53.1.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 53.1.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 53.1.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 53.1.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 53.1.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

54. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 54.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.472.845,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais).

55. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

55.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

56. ANEXO

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo A – Planilha de Cotação de Preços;

Anexo B – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;

Anexo C – Atestado de Visita;

Anexo D – TERP;

Anexo E – TERD;

Anexo F – Autorização de Serviço;

Anexo G – Declaração de Disponibilidade;

Anexo H – SMR / IMR;

Anexo I – PGR / GRO 2023/2024;

Anexo J – ETP – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo K – Especificação dos Serviços;

Anexo L – Prazo de Execução dos Serviços;

Anexo M – Relação de Ferramentas; e

Anexo N – Anotação de Responsabilidade Técnica – links.

Salvador – BA, ____ de _____ de 2026.

Elaborado por:

Edilberto Cesar Santos
Servidor Civil

Revisado por:

Raul Brito Cavalcante da Silva
Primeiro-Tenente (EN)
Encarregado da Divisão de Eletricidade (BNA-65)

José Santos Maia
ETM Engenheiro de Tecnologia Militar
Encarregado da Divisão de Eletrônica e Armamento
(BNA-61)

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. APROVO o contido no Termo de Referência 601-050-2023 que tem por finalidade a licitação por pregão eletrônico na modalidade serviços continuados sob demanda visando a futura e eventual contratação de serviço de manutenção preventiva ou corretiva ou preditiva de instalações eletromecânicas - geradores elétricos síncronos e assíncronos até 400 kVA e quadro elétrico principal a bordo (QEP) - e de controle e automação de equipamentos elétricos navais - regulador automático de tensão (AVR) de geradores elétricos até 400 kVA e painel de controle de grupo diesel-gerador (GDG), com fornecimento eventual de sobressalente, para atender às necessidades da Superintendência Técnica e do Departamento Industrial da Base Naval de Aratu (BNA), dos navios lotados no Complexo Naval de Aratu, dos meios navais subordinados ao Comando do 2º Distrito Naval (Com2DN), dos navios em trânsito pela área do Com2DN e de facilidades existentes na BNA e áreas definidas por sua Fiscalização, execução mediante a empreitada por preço unitário.

2. À Seção de Licitações e Contratos para o devido encaminhamento à Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União, a quem compete à apreciação jurídica.

Salvador, Bahia ____ de _____ de 2026.

LEONARDO LOPES PEREIRA DA SILVA
Capitão de Mar e Guerra
Comandante